

21-3-75
O GLOBO

Jornal Público

ECONOMIA/MERCA

Governo estuda novos limites para endividamento estadual

O endividamento dos Estados, através do lançamento de títulos, deverá ter novos critérios a partir de outubro deste ano. Entendimentos neste sentido estão sendo feitos entre o Ministro Mário Henrique Simonsen e os secretários de Fazenda estaduais, acreditando-se que a dívida em títulos passará a ser relacionada com a receita orçamentária e a capacidade de amortização dos débitos pelos Estados.

Atualmente, as normas para endividamento dos Estados são reguladas pelo Senado Federal. Em 1968, o Legislativo baixou uma resolução determinando que as dívidas estaduais não poderiam ultrapassar o nível que se encontravam na ocasião. A resolução autorizou também o Banco Central a aceitar a emissão de títulos pelos Estados, caso estes apresentassem uma justificativa para o lançamento. Esse dispositivo foi prorrogado por um ano em outubro de 1974, e por isso, os técnicos acham

que as autoridades aproveitarão a oportunidade para no segundo semestre deste ano encaminhar ao Senado um novo projeto fixando critério mais definidos de endividamento estadual.

Não se tem ainda um percentual certo para limite futuro do endividamento em títulos dos Estados, mas os técnicos acham razoável um montante de 25% da receita orçamentária, condicionando esse valor ao prazo de resgate dos papéis emitidos. Assim, se um Estado tiver toda sua dívida em títulos de 1 ano, provavelmente o limite será inferior a 25%. Mas se esses lançamentos forem distribuídos entre papéis de vários prazos, os Estados poderiam, inclusive, ter uma dívida superior a 25% da sua arrecadação.

No momento, possuem papéis no mercado os Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, e espera-se para esse ano o lançamento

das Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Rio de Janeiro (ORTRJ).

O projeto que será encaminhado ao Senado pelo Governo poderá fixar limites de rendimentos para os diversos papéis. Dessa forma, os títulos de 5 anos não poderão render mais do que 8% de juros ao ano, os de 4 anos mais de 6% de juros, os de 2 anos mais de 4%, e os de 1 ano mais de 3%.

Mercado

O mercado aberto continuou ontem com grande oferta de dinheiro. As negociações dos financiamentos de curtíssimo prazo, no entanto, foram formuladas a taxas mais equilibradas (como previam os técnicos na quarta-feira), situando-se entre 0,9 e 1,00% ao mês.

Como as operações de curto prazo estão com rentabilidade baixa, as instituições financeiras vêm procurando aplicar seus recursos a períodos mais longos.